

NOVAS CENTRALIDADES NA PERSPECTIVA DA RELAÇÃO CENTRO – PERIFERIA

New Centralities Under the Relation Town Center – Periphery Perspective

Wilson Martins Lopes Junior

Doutor em Geografia pelo IG – Instituto de Geociências da UNICAMP
Campinas/SP – Brasil
prof.wilsonmartinslopes@uol.com.br

Regina Celia Bega Dos Santos

Professora Doutora do Curso de Pós Graduação em Geografia do IG – Instituto de Geociências da UNICAMP
Campinas/SP – Brasil
rcsantos@ige.unicamp.br

Artigo recebido para publicação em 31/05/2009 e aceito para publicação em 09/12/2009

RESUMO: Alterações na organização espacial das cidades expressam o surgimento de novas áreas com atividades comerciais, de serviços e também um fluxo que expressa a centralidade. Neste processo, ocorre a descontinuidade do território da cidade e a criação de novos espaços que representam a relação centro – periferia. A relação centro-periferia torna-se tema relevante no estudo de novas centralidades uma vez que a morfologia urbana é alterada diante da definição de novas centralidades e a formação de outras periferias. Deste modo a cidade através de seu tecido urbano apresenta uma dinâmica contraditória de concentração e descentralização dos espaços urbanos redefinindo a relação centro-periferia, que evidencia as novas centralidades. Portanto, a concentração e descentralização que ocorre no urbano refletem em nova dinâmica no espaço intra-urbano, apresentando novas centralidades atreladas às novas localizações de grupos – empresas de comércio e de serviços, favorecendo a fragmentação espacial. Finalmente tem-se a produção de espaços interiores na cidade com suas funções específicas como: produção, consumo, moradia, e outras que influem no valor destas áreas, de acordo com sua característica ou tipo de atividade. Assim, criam-se vários centros com funções distintas evidenciados primeiramente em metrópoles e grandes cidades e num segundo momento em cidades médias contrapondo-se a antiga cidade (pequena), com centro único.

Palavras-chave: Novas Centralidades. Centro – Periferia. Espaço Urbano.

ABSTRACT: Alterations in the cities space organization express the appearance of new areas with commercial activities, services and also a flow that express the centrality. In this process, the city discontinuity of territory and creation of new spaces representing the relation center-periphery occurs. Center-periphery relationship becomes an excellent subject in the study of new centralities since the urban morphology is modified in the face of new centralities definition and formation of other peripheries. In this way through its urban schemes the city presents a contradictory dynamics of urban spaces concentration and decentralization, redefining the relation center-periphery, offering evidences of new centralities. Therefore, the concentration and decentralization occurred in the urban space reflect in new dynamics in the intra-urban space, presenting new centralities linked to the new groups localization – companies of commerce and services, favoring space split. Finally we have the production of interior spaces in the

city with its specific functions as: production, consumption, housing, and others that influence in the value of these areas, in accordance with their characteristic or type of activity. Thus, some centers with distinct functions evidenced are created first of all in metropolis and great cities and in a second moment in medium cities opposing to the old city scheme (small), with only center.

Keywords: New Centralities. Center-Periphery. Urban Space;

1. INTRODUÇÃO

A formação de novas centralidades está vinculada a importante questão centro – periferia decorrente da alteração na configuração espacial urbana, como na dinâmica da cidade. Considerando-se a dinâmica do desenvolvimento da cidade, existem os elementos que configuram a produção do espaço urbano e a sua reestruturação num processo que evidencia as áreas de concentração do espaço urbano, enfim a centralidade.

A centralidade, torna-se explícita, através das mudanças espaciais da cidade relacionadas às áreas de atividades comerciais e de serviços que apresentam a descontinuidade assim como novos espaços fragmentados e sustentados na relação centro – periferia.

A relação centro-periferia é questão relevante no estudo centro – centralidades uma vez que a morfologia urbana é alterada diante da definição de novas centralidades e a formação de outras periferias. A cidade através de seu tecido urbano possui uma dinâmica contraditória de concentração e descentralização dos espaços urbanos numa constante redefinição da relação centro-periferia, que evidencia novas centralidades.

É a natureza dessa trama urbana distendida de densidades múltiplas – que combina concentração com descentralização, localizações com fluxos, imóveis com acelerados e diversos ritmos de mobilidade no interior dos espaços urbanos – que redefine o par centro-periferia, a partir da constatação de que há várias centralidades em definição e diferentes periferias em constituição. (SPÓSITO, 2001, p.89)

Portanto, a centralidade surge como resposta espacial da dicotomia centro-periferia da qual a presente combinação concentração e descentralização alteram o espaço urbano. Deste modo, nesta dicotomia centro-periferia, a centralidade constitui-se na superação de modo a relativizar esta relação, e justamente nesta perspectiva ocorrem as alterações espaciais na configuração de novas centralidades.

Assim, as novas estratégias econômicas e locais de grandes grupos econômicos comerciais e de serviços interferem diretamente na estrutura urbana, alterando as relações do centro com o seu entorno e, também, com as suas áreas periféricas (distantes). Portanto, a concentração e descentralização que ocorre no urbano refletem em nova dinâmica no espaço intra-urbano, apresentando novas centralidades atreladas às novas localizações de grupos – empresas de comércio e de serviços, favorecendo a fragmentação espacial. Portanto, explicita-se uma nova dinâmica espacial.

2. DINÂMICAS DO ESPAÇO URBANO

Na lógica da relação centro-periferia as novas centralidades questionam a posição subalterna (tradicional) da periferia, ou do próprio termo periferia. Desta forma, considerando uma relação hierárquica entre os lugares intra-urbanos, a periferia estaria subordinada ao centro. Entretanto, na cidade polinucleada, o que seria a periferia uma vez que existem núcleos ou aglomerações em locais distantes e diferentes em seu tecido urbano?

O que se observa, neste caso, são as periferias relacionadas aos diferentes centros existentes nas cidades com crescimento polinucleado. Portanto, considerando as diferenças de escala, na dimensão intra-

urbana ocorre o mesmo com as redes de cidades, ou seja, as hierarquias são redefinidas.

Desta forma, nota-se certa relatividade presente no processo de centralidade, pois não é presente apenas um único centro, mas diversos centros em cidades polinucleadas que refletem a desconcentração.

Para Gottdiener (1993), o termo desconcentração é adequado para compreender a situação atual de desenvolvimento que está diretamente relacionada a descentralização e concentração nas cidades. Em sua análise a desconcentração é apresentada como uma forma e também um processo que representa a dialética presente nos aspectos sociais e espaciais.

Em resumo, escolho o termo “desconcentração” para descrever os padrões atuais de crescimento polinucleado porque ele aprende a dispersão regional maciça de pessoas, comércio, indústrias e administração pública, juntamente com a reestruturação contemporânea de tais regiões em domínios multicentrados – esparramados por vários quilômetros e localizados em todo lugar do país especialmente naquelas áreas consideradas antigamente imunes ao desenvolvimento urbano. (GOTTDIENER, 1993, p.19)

Nota-se que a relação entre concentração – descentralização produz novas centralidades através da redefinição centro-periferia que é explicitada na fragmentação do espaço urbano. Conseqüentemente percebe-se uma nova forma urbana dada à cidade.

De acordo com Sabatini in Oliveira (2001), as cidades passam por transformações em sua forma urbana, isto de acordo com a segregação social do espaço. Abaixo seguem os três pontos destacados pelo autor que apresentam as mudanças nas cidades quanto a sua forma:

- a) Descentralização da estrutura urbana em subcentros comerciais, de escritórios e produtivos;
- b) A explosão da mancha urbana sobre a região circundante, com base em uma série de desenvolvimentos isolados que ficam conectados entre si e com a cidade através de estra-

das e outras formas de comunicação;

- c) Novas formas de segregação social do espaço. Os condomínios fechados – ou *gated communities* – constituem uma modalidade muito difundida, mas também são importantes os grandes projetos imobiliários multifuncionais na periferia ou na região próxima às cidades. Os condomínios podem ser de baixa densidade ou corresponder à proliferação de formas de ocupação residencial de rendas altas e médias em áreas rurais das cidades, em geral fora das normas urbanas – é o aparecimento da cidade informal dos ricos. (SABATINI in OLIVEIRA, 2001, p. 168).

Conforme exposto, a formação de subcentros decorrente da descentralização, como também de regiões metropolitanas que funcionam como uma única cidade e a existência dos condomínios fechados caracterizam a nova forma das cidades contemporâneas. No entanto, essas mudanças vinculadas a processos que ocorrem em escala global, assumem características específicas na escala local, de acordo com a evolução de cada formação sócio-espacial. Portanto, a forma urbana resultante responde às especificidades no seu relacionamento dialético com os processos mais amplos.

Em se tratando das novas centralidades, na perspectiva da relação centro-periferia, as mudanças da forma urbana são perceptíveis, porém, faz-se necessário considerar algumas das dinâmicas responsáveis pela alteração do espaço urbano.

Neste processo de redefinição da relação centro-periferia, algumas dinâmicas são significativas devido ao impacto que provocam na estrutura do espaço urbano. Spósito (2001) apresenta três pontos a saber:

- a. Nova lógica das indústrias com relação ao espaço (flexibilização do uso do espaço), através da diminuição das plantas industriais e separação entre gestão e produção, sendo que esta última concentrando-se na periferia;
- b. Nova configuração do *habitat* urbano e diferentes formas de assentamentos humanos. Instalação de conjuntos habitacionais na periferia de metrópoles, grandes e médias cidades

para população de baixo poder aquisitivo. Para população de classe média e alta os *villages* que divulgam a qualidade de vida, localizando-se fora e dentro das áreas urbanas e tem-se também as cidades satélites, exemplo Brasília, nas quais a função sócio-econômica está atrelada ao planejamento urbano;

c. Novas localizações de equipamentos de consumo e prestação de serviços (*shoppings-centers*, hipermercados, centros empresariais, outros), que geralmente se instalam em áreas antes não loteadas, assim reforçando a produção de novas centralidades ou a polinucleação.

Essas dinâmicas alteram o espaço sob a óptica da relação centro-periferia, de modo a evidenciar novas centralidades. A dinâmica da flexibilização da localização por parte das indústrias, que separam a gestão da produção, favorece a formação de novas aglomerações, ou melhor, de outras centralidades. Isso porque, a linha de produção, ou planta fabril, transferida para a periferia atrai outros serviços a ela associada, como empresas de sustentação – manutenção; logo se inicia uma nova aglomeração redefinindo a centralidade, inclusive até mesmo em relação aos bairros residenciais, pois há a necessidade de moradias para a força de trabalho que se concentrará nesses novos centros.

Nesta perspectiva, de surgimento de uma nova centralidade em setores da periferia, a ação do poder público é necessária para a instalação de infra-estrutura urbana, intervindo também, de forma direta ou indireta, na questão dos assentamentos humanos, através do financiamento, seja para a população e/ou empresários. Conseqüentemente, essa atitude reflete não só na demanda por moradia, mas também no processo de acumulação capitalista.

Na formação dos novos assentamentos humanos, ou seja, do *habitat* urbano, como núcleos habitacionais em setores distantes do centro, ou então, na formação de condomínios fechados, também distantes do centro e que são divulgados pelo apelo à qualidade de vida, novamente faz presente a questão do poder público, através do planejamento urbano. A instalação destes assentamentos urbanos em áreas distantes também necessita de altos investimentos públicos em infra-estrutura como vias de circulação e trans-

porte, por exemplo, o que inúmeras vezes contribui para a especulação imobiliária já que a formação desses novos assentamentos em geral, é descontínua.

No caso da instalação de *shoppings-centers*, hipermercados, enfim os equipamentos de consumo e serviços, a questão do planejamento urbano por parte do poder público é realimentada, pois estes, como os assentamentos urbanos descritos acima, exigem, também, excelente infra-estrutura.

Considerando-se as dinâmicas expostas, a relação centro-periferia é modificada, proporcionando a alteração direta na configuração do espaço urbano, com o surgimento de novas centralidades. No entanto, deve-se destacar, que na avaliação da morfologia urbana, com base em todas essas dinâmicas de estruturação, é preciso considerar a viabilidade proporcionada pelas vias de transporte e, mais especificamente, pelo automóvel, que possibilita o acesso aos novos lugares fragmentados.

Toda essa nova dinâmica de estruturação privilegia interesses específicos, de valorização fundiária e imobiliária, que ocorrem através de diferentes estratégias, a ponto de reconfigurarem o meio urbano, com novos fluxos no interior da cidade.

Neste sentido, surge, uma nova configuração do tecido urbano em diferentes setores, como um mosaico, apresentando diferentes loteamentos, conjuntos habitacionais, equipamentos de comércio e prestação de serviços, como *shoppings-centers*, hipermercados, centros de lazer, além de outros. Assim, nota-se um novo crescimento urbano periférico, determinado pela instalação de equipamentos comerciais e de serviços, que provocam novas localizações de áreas residenciais, surgindo, assim uma nova morfologia urbana.

Essa nova morfologia caracteriza-se pela expansão do tecido urbano, de forma intensa, mas descontínua. Os espaços urbanos se redefinem. Ao invés de aglomerações urbanas que designam contigüidade e adensamento populacional, de infra-estruturas e equipamentos, produzem-se largas tramas urbanas que se redefinem por uma estruturação polinucleada, interna e externamente articulada por amplos sistemas de transporte e comunicação. (SPÓSITO, 2001, p.85).

O reflexo direto do processo exposto acima pode ser notado na emergência de novas expressões da centralidade, pois surgem diversas localizações de atividades que tradicionalmente existiam no centro da cidade, mas que, no entanto, estão agora distribuídos em diferentes setores do tecido urbano. Assim, o tecido urbano apresenta-se polinucleado, ou seja, com pontos expressivos de aglomerações, localizados em diferentes setores.

As vias de comunicação e transporte são elementos decisivos na funcionalidade presente na atual relação centro-periferia, ou seja, a desconcentração está diretamente relacionada às distâncias e à acessibilidade.

Assim, nesta redefinição centro-periferia, a desconcentração é explícita também em locais cada vez mais distantes do centro, ou seja, na periferia. Gottdiener (1993, p.19), diz que “Em sua essência, a desconcentração foi a consequência de muitos anos de crescimento suburbano fora dos centros da cidade, a distâncias cada vez maiores.”

Sobre a afirmação acima, merece ser destacado que o termo suburbano, ou seja, o subúrbio nos Estados Unidos tem outra conotação e a sua produção vincula-se a outro processo sócio-espacial diferente do Brasil. Nos Estados Unidos o subúrbio é onde se concentra a população de maior poder aquisitivo, enquanto que no Brasil os pobres por muito tempo foram os que ocuparam estas áreas mais distantes e menos valorizadas. Entretanto, atualmente muitos condomínios voltados à classe média são construídos em setores periféricos da cidade, todavia com forte esquema de segurança o que contrasta com a realidade local.

Enfim, as dinâmicas espaciais tornam evidente uma morfologia urbana com diferenças significativas no âmbito sócio-espacial expressando ainda mais a desigualdade social que deve ser compreendida através do estudo da questão da segregação e exclusão espacial urbana.

3. SEGREGAÇÃO ESPACIAL E EXCLUSÃO URBANA

A exclusão social está presente no espaço urbano sendo facilmente identificado, por exemplo, no caso das moradias (padrões de construção, núcleos habitacionais, condomínios, e outros), de modo a re-

percutir na diferenciação espacial.

Os diferentes padrões de moradias representam a diferenciação de renda dos moradores além de outras variáveis como a especulação imobiliária e o próprio *marketing* urbano que intensificam esta questão. Neste contexto ainda existem outras variáveis envolvidas às características sócio-econômicas da exclusão que refletem na segregação.

Na questão da exclusão – segregação merece ser lembrado o agravamento das questões sociais do mundo globalizado que dificultam o acesso da população a muitos serviços essenciais para manutenção da vida.

Refletindo sobre esse tema na esfera do social, é preciso acentuar que exclusão social tem diferenças sócio-econômicas significativas relacionadas tanto à pobreza como à riqueza.

O tema da exclusão social tem recebido crescente atenção na discussão acerca dos desafios que se apresentam na etapa atual do capitalismo globalizado. Em realidade, esse tema, em suas diversas facetas – pobreza, desigualdade social, marginalidade, desemprego, etc. –, tem sido recorrente nas ciências sociais. De fato, diferenças no gozo dos benefícios sociais e econômicos, resultantes de um esforço coletivo, têm marcado todos os sistemas sociais conhecidos, que convivem com maior ou menor grau de exclusão.

No mundo atual, a desigualdade social revela-se cruel e bastante extensiva. Processos de exclusão atingem diversos segmentos da sociedade e do mundo global de forma diferenciada, desafiando as possibilidades de acesso ao desenvolvimento e ao bem-estar que seriam oferecidas a todos. (OLIVEIRA & PINTO in OLIVEIRA, 2001, p.13-14).

Nota-se que no mundo globalizado o imediatismo e a rapidez não estão somente na tecnologia e na informação, mas também na exclusão que atinge diferentes parcelas da sociedade global de maneiras diferentes.

Deste modo, a temática exclusão é presente nas sociedades em diferentes níveis, sendo que na for-

ma de desigualdade social, está cada vez mais acentuada no mundo globalizado.

Questões como desemprego, pobreza, marginalidade, ganham maior expressão na fase atual do sistema capitalista internacional e coloca um cenário de desigualdade social praticamente em todos os lugares, em maior ou menor grau.

Merece ser destacada a lembrança feita por Sabatini in Oliveira (2001). O autor ressalta que a exclusão social não é algo novo da sociedade contemporânea globalizada, ou criada pelo neoliberalismo. A exclusão é presente desde tempos remotos quando chefes guerreiros tinham acesso exclusivo a tipos de bens específicos. Assim como na atualidade, algumas famílias, por reunirem condições econômicas privilegiadas, pagam para morar em bairros exclusivos.

No que diz respeito a essa questão, nota-se a existência manutenção de uma estratificação urbana, sendo que a segregação é uma de suas formalizações ou manifestações. Isso pode ser identificado na localização das novas centralidades e nas características sócio-econômicas daquelas pessoas que freqüentam os diferentes lugares, como *shoppings-centers*, ou a rua comercial do centro tradicional de uma cidade.

A segregação social do espaço urbano sob o capitalismo, e especialmente nestes tempos de mudança, envolve uma tensão dinâmica entre forças e processos de exclusão e integração sociais. A atual modificação dos padrões de segregação social nas diferentes cidades – um componente de tais mudanças – combina de forma complexa, realidades de exclusão com possibilidades de integração. O que é exclusão num sentido pode representar oportunidades de integração social em outro. (SABATINI in OLIVEIRA, 2001, p. 165-166).

Portanto, exclusão – integração são elementos opostos que interagem numa dinâmica de modo a provocar a segregação social do espaço urbano. A própria força da exclusão pode favorecer a integração em outra área, assim como o contrário. Ou seja, a integração sob outra óptica provoca ou alimenta a exclusão.

No que diz respeito a exclusão urbana, sob o

capitalismo, nota-se que a complexidade do espaço urbano possibilita que se apresentem focos de integração social em áreas pobres, mesmo que pequenas.

Por um lado, sabe-se que pensar na integração sem contradições sociais sob o modelo capitalista é impossível. No entanto, é possível trabalhar a idéia de integração na formação de cidadãos conscientes sobre seus papéis na inserção social, como na busca de alternativas frente à exclusão.

Diante do exposto, percebe-se que o processo de exclusão social pode propiciar o seu oposto, isto é, integração social, isto desde que considerando as particularidades, como também as diferentes variáveis que agem sobre a cidade. Deste modo, aspectos sócio-econômico-geográficos e até mesmo as políticas urbanas são elementos a serem considerados.

A diferenciação sócio-espacial é explicitada através do que se chama *segregação urbana*, e a formação de novas centralidades pode reforçar este fenômeno.

(...) uma estratificação urbana, correspondendo ao sistema de estratificação social (ou sistema de distribuição dos produtos entre os indivíduos e os grupos) e, nos casos em que a distância social tem uma expressão espacial forte, de segregação urbana. Num primeiro sentido, entenderemos por segregação urbana, a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia. (CASTELLS, 1983, p. 210).

Na lógica do capitalismo a distribuição de renda, produtos, riquezas, enfim, são elementos que caracterizam o sistema de estratificação social ocorrido no espaço urbano através da relação espaço – tempo. Decorrente disto nota-se uma organização do espaço com características próprias no capitalismo, ou seja, onde a diferenciação social fica espacialmente explicitada.

A diferenciação sócio-espacial pode ocorrer em áreas com grande homogeneidade, inclusive internamente com características iguais, no entanto, extrema-

mente diferentes se comparadas a outras áreas, isto é com grande diferenciação social entre elas. Portanto, a segregação urbana é decorrente da reprodução das relações sociais da sociedade capitalista, concretizada no espaço através da diferenciação de áreas ou das condições habitacionais.

Segundo, Sabatini *in* Oliveira (2001), a segregação social urbana possui três dimensões, a saber:

- a. Diferentes níveis de vida: bairros residenciais com níveis de vida diferenciados, isto é, de acordo com aspectos sócio-econômicos. Isso se tem agravado com a concentração de riqueza;
- b. Geográfica (escala e relação): quanto à escala geográfica, famílias de determinado estrato sócio-econômico residem juntas num setor da cidade, ou então, em pequenos bairros distribuídos; em relação esta vinculada a pouca saída dos habitantes residentes num bairro, ou certo isolamento. Na maioria das vezes esta forma ocorre com a população mais pobre;
- c. Subjetiva: através do agrupamento de habitantes urbanos, “os iguais”, ocorrendo uma homogeneidade que se define de forma subjetiva de acordo com diferentes critérios: religioso, étnico, de origem migratória. Merece ser destacado que a segregação também pode ser imposta pela exclusão e neste caso os habitantes elegem os pontos excludentes em comum como: nível de renda, cor da pele, outros.
- d. As três dimensões apresentadas trazem uma maneira de o autor interpretar a segregação social urbana e que valoriza a dimensão sócio-espacial. Nos três tópicos nota-se que os aspectos sócio-econômicos são decisivos na segregação.

No primeiro caso estão os bairros de diferentes níveis de vida, ou padrão, decorrente do fator econômico, facilmente perceptível nas cidades. No segundo caso chama a atenção à utilização de conceito geográfico de escala para a análise que apresenta a baixa renda como fator para pessoas residirem juntas, ou então, num mesmo bairro favorecendo certo isolamento. Para finalizar aspectos como religiosos, étnicos, entre

outros, além da própria exclusão são colocados como fatores causadores da formação de agrupamentos urbanos.

Pode-se notar que nesta classificação as três variáveis estão totalmente relacionadas aos aspectos sócio-econômicos de exclusão o que favorece a segregação, ou a formação dos grupos de assentamento urbano. Portanto, todos estes elementos de exclusão – segregações urbanas configuram um mosaico de localizações diferenciadas e excludentes no espaço urbano.

Neste sentido, a questão da moradia é ilustrativa, pois os bairros são na grande maioria das vezes homogêneos em sua constituição social interna, porém, com expressiva diferença em comparação a outros bairros e/ou setores da cidade. Isso é reflexo da diferenciação de renda dos moradores, e conseqüentemente do poder de compra que se reflete na questão da localização e na construção de suas moradias. Portanto, na organização do espaço, como por exemplo, na questão das moradias, esta diferenciação sócio-espacial é revelada.

Especificamente no caso das moradias, existem diferentes padrões de habitação que exprimem o poder aquisitivo de seus moradores. No entanto, os condomínios fechados que em seu *marketing* oferecem a tão divulgada qualidade de vida, através de áreas verdes, segurança e toda uma infra-estrutura são bastante representativos da relação centro-periferia, estando localizados, em geral em setores periféricos.

A clássica relação centro-periferia, que já adquirira um alto grau de complexidade (...), tornou-se ainda mais complexa a partir da proliferação de condomínios fechados principalmente em áreas periféricas da cidade, com a formação de enclaves excludentes voltados a classes sociais de grande poder aquisitivo, próximos as áreas populares, com sofisticados esquemas de segurança privada, gerando uma segregação... (FRUGOLI JR., 2000, p. 38-39).

Neste caso dos condomínios fechados, em especial em áreas periféricas, o contraste observado é facilmente perceptível, pois o aparato de segurança destes condomínios como muros, cercas elétricas, via-

turas de vigilância, ao lado de moradias de padrão simples mostra claramente a diferenciação social.

Essa questão, a da segregação, é muito explícita no espaço urbano e Corrêa (1995; 1997), diz ser representado ou identificado pela fixação nas áreas residenciais devido à renda real de seus moradores, ou seja, possui relação direta com a reprodução da força de trabalho. As áreas segregadas possuem nítida diferenciação social de outras, dadas as características de reprodução das relações sociais na sociedade capitalista. Portanto, são as classes sociais responsáveis pela expressão no espaço urbano da segregação residencial.

Enfim, o que se observa, com toda essa questão de segregação, é a criação de um espaço socialmente dividido ou fragmentado. Essa diferenciação é fruto da própria segregação residencial e da própria dinâmica sócio-espacial. Merece ênfase a contribuição de Villaça (1998) e Luchiari (1999) que afirmam que os condomínios expressam a segregação sócio-espacial, o que por sua vez intensifica ainda mais a exclusão social.

Segundo Corrêa (1995; 1997), a segregação residencial é um processo que provoca a formação de uma organização do espaço em áreas, ou setores fragmentados. Neste processo, as classes sociais produzem a segregação, que privilegia a classe dominante favorecendo-a tanto no controle como na reprodução social.

No que se refere à dinâmica espacial da segregação, ou mutabilidade da segregação, conforme Corrêa (1995) tem-se o capitalismo como regente deste processo, no qual a segregação é dinâmica, pois envolve espaço – tempo.

Relacionada a esta questão está a renovação urbana, isto é, a alteração de um padrão espacial de modo rápido ou lento. Isso é identificado em setores sociais que são habitados por um grupo social específico e posteriormente por outro grupo social com maiores ou menores *status*.

De acordo com Villaça (1998), é através da luta de classes na apropriação do espaço construído, de acordo com as chamadas vantagens locacionais, que resulta a segregação espacial. Assim, ocorre o conflito na dominação do espaço intra-urbano. Deste modo no que se refere ao termo intra-urbano o seu significado corresponde ao próprio espaço urbano. Todavia, criou-se este novo termo com conotação mais específica, porque espaço urbano pode estar relacionado tam-

bém ao espaço regional. Portanto, nesta questão o processo de urbanização e das redes urbanas na estrutura regional foram preponderantes.

Mas Villaça (1998) ainda destaca que esta questão que pode parecer apenas de ordem semântica envolve outros fatores e especificidades nos espaços intra-urbano e regional, mas isto principalmente se observado o caso das metrópoles dada a sua complexidade.

Enfim, as localizações que são disputadas no espaço intra-urbano, seja em sua produção como consumo, são as responsáveis pela segregação sócio-espacial de modo a explicitar as novas centralidades na perspectiva da relação centro e periferia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o exposto, a relação centro-periferia é elemento decisivo na análise das questões das novas centralidades. Isso porque ela expressa as alterações sócio-espaciais que ocorrem no tecido urbano. Aliás, é no tecido urbano que a dinâmica contraditória de concentração – descentralização redefine a relação centro-periferia provocando assim as novas centralidades. Portanto há diferentes pontos presentes na dinâmica concentração – descentralização que formam as novas centralidades, e que auxiliam na compreensão deste processo, como também na gestão do território urbano.

Neste sentido a análise da centralidade urbana, apresenta a interdependência entre dinâmicas que envolvem a estruturação interna das cidades, desde a nova localização dos equipamentos de comércio e de serviços, o uso do automóvel, como também outros aspectos presentes, não somente em metrópoles e grandes centros, mas também, em cidades médias. Percebe-se ainda a necessidade de analisar as especificidades do processo de redefinição da centralidade em cada cidade, ou seja, de suas dimensões, localizações e outros aspectos particulares.

Refletindo sobre a dimensão de diferentes cidades e o processo de centralidade, tem-se que em grandes cidades, como também em metrópoles, a questão da centralidade ocorre há algum tempo; diferentemente do que ocorre em cidades menores. Estudos sobre a questão da centralidade são comuns principalmente em cidades grandes, ou metrópoles, como é o

caso de São Paulo. No que diz respeito a mesma temática sobre cidades médias a situação se inverte, apesar de diversos estudos estarem sendo realizados, ainda não é expressivo o número de pesquisas que têm como objeto as cidades médias.

Merece ênfase a contribuição de Spósito (1991) ao afirmar que o processo de reestruturação urbana ocorre não somente em áreas metropolitanas, mas também, em cidades de porte menor. Portanto, no caso das cidades médias, o processo das novas centralidades também é identificado, relacionado ao rápido processo de urbanização.

Outro aspecto significativo diz respeito às grandes empresas do setor comercial e de serviços que mudaram de foco ao diminuir a atenção por áreas metropolitanas e direcionar seus investimentos para núcleos urbanos menores como as cidades médias. Estratégias como esta, estão entre os fatores que também favoreceram a expressão de novas centralidades na perspectiva da relação centro – periferia em cidades médias. Ou seja, justifica-se a importância da realização de pesquisas deste tema em cidades de porte menor.

Outro ponto a ser também refletido é da atuação da esfera pública, ao que se refere aos investimentos públicos, pois o adensamento torna-se acentuado em setores com infra-estrutura instalada ou que recebiam mais investimentos públicos, conseqüentemente favorecendo a formação das novas centralidades. Existe ainda outro aspecto, o da periferia, que, por ser menos provida de investimentos públicos não atrai investimento privado, logo não é favorecida em seu desenvolvimento. Enfim, as novas centralidades estão relacionadas em grande parte ao poder público que pode interferir diretamente na morfologia da cidade, assim como também na complexa relação sócio-espacial urbana. Nota-se a importância da gestão urbana comprometida com o social para direcionar o crescimento urbano considerando questões como as mudanças sócio espaciais discutidas neste artigo e que permeiam as novas centralidades e a relação centro – periferia.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. *A questão urbana*. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FRUGOLI JÚNIOR, H. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

LUCHIARI, M. T. D. P. *O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba – SP*. 1999. 218 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, Campinas, 1999.

OLIVEIRA, M. C.; PINTO, L. G. Exclusão social e demografia: elementos para uma agenda. In: OLIVEIRA, M. C. (org.). *Demografia da exclusão social: termos e abordagens*. Campinas: Editora da Unicamp, Nepo, 2001.

SABATINI, F. Transformação urbana e dialética entre integração e exclusão social: reflexão sobre as cidades latino-americanas e o caso de Santiago do Chile. In: OLIVEIRA, M. C. (org.). *Demografia da exclusão social: termos e abordagens*. Campinas: Editora da Unicamp, Nepo, 2001.

SPÓSITO, M. E. B. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. *Revista de Geografia*, São Paulo, v. 10, p. 1-18, 1991.

_____. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: *O espaço no fim do século – a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 2001, p.83-99.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.